



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ATA - TRE-MA/PR/DG/SAF

ATA da 2ª Reunião Ordinária 2022 do Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Contratações - CGOC

LOCAL	DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
Online – Plataforma Zoom	30/05/2022	15h	15h 58 min

PAUTA: Execução do orçamento ordinário e de pleitos eleitorais nos primeiros meses de 2022, indicadores orçamentários do primeiro quadrimestre 2022, execução de Restos a Pagar e acompanhamento das contratações.

ABERTURA: O Diretor-Geral, **Hebert Leite**, Presidente do Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Contratações-CGOC, fez a abertura da 2ª Reunião Ordinária do ano 2022, informando que tem conhecimento das pendências que ficaram para a Diretoria-Geral, relativas à primeira reunião do Comitê, que assumiu o cargo de Diretor-Geral há pouco mais de uma semana e que fez o levantamento do andamento das providências, para serem tratadas nesta segunda reunião. Uma das pendências é a aquisição de bancadas e estantes para o novo Depósito de Urnas; relatou que conversou sobre o assunto com Wagner e o pessoal da Informática, os quais já haviam feito uma reunião com o setor financeiro e que não seria possível incluir orçamento para o próximo ano, destinado à aquisição desse material, pois o TSE não atribuiu nenhuma margem que pudesse ser utilizada para essa aquisição no ano de 2023. Então, será iniciado um trabalho a fim de conseguir verba suficiente para a aquisição desse material em 2024, mas a luta do TRE começará em 2023 para que em 2024 se consiga fazer a compra dessas estantes e bancadas para o Depósito de Urnas. O outro item é inclusão da sala do Data Center, que foi uma reivindicação colocada pelo Gualter na reunião passada; que foi feita reunião sobre o assunto com a presença do Gualter e foi mencionado sobre a dificuldade de incluí-la, por completo, no projeto da 6ª etapa da reforma do fórum. Porém, ficou decidido que será separada uma sala, própria para isso, a qual ficará preparada, com toda a estrutura da construção civil e se tentará conseguir junto ao TSE, também para 2024, orçamento para a aquisição dos materiais que farão a sala funcionar, como haks, aparelhos de ar condicionados especiais e outros materiais referentes a esse item. O terceiro item era sobre o tratamento dos serviços de telefonia móvel. Hoje, os celulares são adquiridos por compra direta, ou seja, os aparelhos são adquiridos e passam a compor o patrimônio do Tribunal, sendo que, há alguns anos, essa contratação era feita em forma de comodato, pois se adquiria a linha ou o serviço e o aparelho vinha juntamente com esse serviço. Houve uma conversa com a equipe da Seção de Serviços Gerais e referida mudança foi proposta em 2021, porque permite uma maior economicidade e aprovada pela gestão anterior. Então, referido assunto será tema de reunião separada, com os Secretários, para apresentação dos índices de economia, os prós e os contras, para redefinir se o TRE continua com esse sistema ou se volta

para o de comodato. Então, essas foram as pendências e o Diretor-Geral, Dr. Hebert, sugeriu que seja marcada uma reunião para se tratar sobre o serviço de telefonia móvel e que a data fosse marcada ao final. Em seguida falou **Gualter (STIC)**, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, sobre o modelo de contratação da telefonia móvel, que, em sua opinião, tem um grande problema, que é o entrave à evolução desse serviço, já que provavelmente, até o final do ano, haverá o serviço 5G nas capitais e posteriormente em alguns municípios e que em 2024 deverá haver 5G em alguns municípios do Maranhão e os aparelhos adquiridos não são compatíveis com esse serviço. Pronunciou-se, então, **Mateus, Chefe da Seção de Conservação e Serviços Gerais – SESEG**, que questionou se os comodatos terão os serviços 5G, ao que **Gualter** respondeu que depende da contratação, caso haja a exigência desse tipo de serviço. **Mateus**, por sua vez, informou que poderão ser adquiridos aparelhos que contemplem o serviço 5G, mas que só deverá haver em São Luís. **Gualter** ratificou que essa mudança só deverá ocorrer em 2024. O **Diretor-Geral, Dr. Hebert**, falou que o objetivo de se marcar uma reunião para depois é exatamente para discutir e amadurecer essas questões porque há muitos prós e muitos contras e que até o final do mês haverá a reunião, com a presença dos secretários e do pessoal dos Serviços Gerais, sendo que o **Mateus** apresentará o projeto. Em seguida, ele retificou dizendo que a reunião será com o Comitê e passou a palavra à **Leana, Secretária de Administração e Finanças - SAF**.

PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS 2022 e 2023 – Leana (SAF) Em complemento à fala do Diretor-Geral, informou que houve duas reuniões neste ano, uma ordinária, para elaboração da proposta orçamentária de 2023, que ocorreu em fevereiro, uma extraordinária para finalizar essa proposta, antes do envio ao TSE, na qual ficaram essas pendências e já ficou uma reunião pré-agendada, porque há um cronograma do TSE para o recebimento do limite final da proposta; então, algumas demandas dessas duas reuniões serão definidas, finalmente, a depender de quanto de extrateto o TRE vai receber ou se vai receber. Mencionou ainda que ela e Rosiléia, Coordenadora de Orçamento e Finanças – COFIN, irão a Brasília, nessa semana e é possível que tragam uma resposta; caso positivo, será feita uma reunião extraordinária para definir se esse limite vai atender, por exemplo, ao ar condicionado da sala-cofre, colocar as pendências em discussão e ver as prioridades. Explicou que o orçamento de alguns equipamentos e de investimento foi cortado para dar prioridade aos contratos continuados, terceirizados, contratações que são necessárias ao funcionamento do TRE. Esta segunda reunião ordinária do Comitê tem como objetivos informar sobre a execução do orçamento ordinário e de pleitos eleitorais nos primeiros meses de 2022, dados atualizados de sexta-feira, da execução orçamentária e financeira; apresentar os indicadores orçamentários do primeiro quadrimestre de 2022, bem como a execução de restos a pagar; apresentar o acompanhamento das licitações para fomentar a participação de todos os gestores no uso adequado e inteligente dos recursos. Acrescentou que se trata de um momento em que a SAF apresenta esses dados, os gestores trazerem informações, demonstrarem se têm alguma dificuldade ou não, e discutir para ver se, juntos, consigam as soluções para não deixar para o final do ano e a execução do TRE seja concluída com os melhores indicadores possíveis. Depois, apresentou, de forma geral, os dados, comparando os orçamentos dos últimos anos, para se ter ideia do grande desafio de 2022; Em 2021 houve uma execução de R\$ 27.743.163,63 e agora em 2022, o orçamento é de R\$ 47.821.697,00, ou seja, vinte milhões a mais porque engloba o orçamento de pleitos eleitorais, além do valor daquele destinado a obras, que não havia em 2021; frisou que é necessário esforço e dedicação dobrada de todos os envolvidos para otimizar o máximo possível esse orçamento.

DETALHAMENTO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2022 – Rosiléia (COFIN) apresentou, inicialmente, a planilha do detalhamento da execução, que contempla todas as unidades do Tribunal, com os respectivos valores disponíveis mais os pré-empenhados, o total já empenhado, o total empenhado a liquidar (a pagar) e o total pago. As unidades gestoras foram agrupadas por Secretaria e aquelas que não estão ligadas a nenhuma das secretarias, foram agrupadas em uma unidade chamada INDEPENDENTES, composto pela ASCER, COIMC, CRE, EJE, ORE, SEART e SESEI. Mencionou pormenorizadamente os valores do grupo INDEPENDENTES e de cada secretaria. Resumiu de forma total os valores da planilha, informando que ainda há no disponível, à disposição de todas as unidades, o valor de R\$ 6.364.199,18, há despesas a pagar no valor de R\$ 17.064.776,59 e apenas R\$ 5.664.782,15 de despesas efetivamente pagas. Assim, ressaltou que a execução financeira está muito ruim, sendo necessária a adoção de ações emergenciais para incentivar a baixa dos valores que estão na situação “a liquidar”, pois uma boa gestão tem como objetivo baixar o máximo possível o valor disponível para que haja menos sobras orçamentárias. **A Presidente do TRE, Desa. Angela** questionou se a SAF e os gestores dessas unidades estão cientes desses valores, ao que foi respondido por Rosiléia que sim, que a SAF já está fazendo reunião com a COFIN e com todos os gestores de todo o Tribunal para o estabelecimento de ações, a fim de melhorar o desempenho dos setores. **Leana (SAF)** informou que a SAF possui a maioria dos contratos

continuados do TRE, que esse valor de pagamento está dentro da previsão, pois é feito mensalmente e a maioria são contratos grandes; acrescentou que existem situações a serem ajustadas, principalmente em relação ao valor disponível e que já fez várias reuniões, reforçando a necessidade de melhorar, considerando que na SAF há um o valor referente a obras que deverá ficar em restos a pagar e a missão é zerar o máximo tudo o que puder, para não concorrer com o valor disponível. A **Desa. Angela** questionou se os setores classificados como INDEPENDENTES também já têm ciência desse valor disponível, ao que foi respondido por **Rosiléia (COFIN)** que sim, que essa divisão ficou dessa forma por uma questão didática, mas que o trabalho alcança todos os setores que estão gerindo esse orçamento do Tribunal. Em seguida, **Rosiléia (COFIN)** apresentou a planilha do orçamento de investimentos, sendo que apenas duas unidades têm esse orçamento, que são a SAF e a STIC; mencionou que do orçamento de R\$ 17.689.971,74, foram pagos apenas R\$ 27.417,30, o que implica em uma baixa execução financeira. Os valores mais elevados referem-se à 6ª etapa do fórum e à segurança cibernética; que já informou à **Desa. Angela** que a obra está atrasada, mas que há um plano de ação para impulsionar essa licitação; em relação à segurança cibernética, **Rosiléia (COFIN)** mencionou que há algumas licitações que dependem do TSE e que o Sherlan, Coordenador de Licitações, Aquisições e Contratos – COLAC explanará melhor sobre o assunto. **Rosiléia (COFIN)** explicou que quanto maior o valor disponível, haverá mais sobra orçamentária e, por consequência, devolução de orçamento pelo Tribunal, o que não é bom para o gestor e nem para o órgão; mencionou ainda que um baixo pagamento resultará em uma baixa execução financeira, que significa que haverá inscrição muito alta de restos a pagar, que também não é um indicativo de boa gestão. Em relação ao orçamento de pleitos, este segue a mesma metodologia do orçamento ordinário, dividido nas unidades, havendo no disponível o valor de R\$ 22.457.738,68 e total pago de R\$ 184.198,59. Que a situação é semelhante ao orçamento de custeio, com um valor muito alto no disponível e um pagamento muito baixo; contudo, essa situação é normal, pois os pagamentos de eleição só ocorrem no segundo semestre, após a aquisição dos bens ou serviços. **Gualter (STIC)** mencionou que há três contratações de eleição que têm um peso muito grande nas contratações, que são mesários, apoio e logística e que os valores desse orçamento são para as despesas do 1º e do 2º turnos; que isso aumenta muito o valor disponível e informou que dessas licitações de impacto grande, sendo uma delas a de logística, que teve o pregão já autorizado pela Desembargadora Angela, na semana passada. Em relação à segunda, que é a de auxiliar de apoio, informou que o processo já retornou à STIC, validado pela Seção de Análise e Licitações – SELIC, para ser formalizado e encaminhado para autorização do pregão. Ressaltou, então, que são duas licitações de grande impacto, que já estão bem encaminhadas. **Leana (SAF)** informou que, em relação à SAF, os dois valores maiores correspondem, um, à locação de veículos para todas as zonas eleitorais, cuja licitação está sendo iniciada e o outro é suprimento de fundos, que é de pagamento imediato. Então, já estão sendo encaminhadas também as contratações de maiores valores da SAF. **Rosiléia (COFIN)** explicou que as informações apresentadas não significam dizer que existem atrasos nas licitações, sendo um retrato da situação de hoje, das finanças do TRE, mas já existem ações para impulsionar onde se percebeu algum atraso, mas está dentro do razoável, ao que a **Desa. Angela** falou que essas reuniões são importantes, para fins de monitoramento. Após, **Rosiléia (COFIN)** apresentou uma planilha dos indicadores de execução, trazendo um comparativo do orçamento ordinário do ano de 2021 e do período de janeiro a 26 de maio de 2022 entre, quais sejam: 1 - aderência ao planejamento (2021 – 76,4% e Jan-Mai 2022 – 50,5%, percentual este considerado razoável, considerando-se que ainda se está no mês de maio e há licitações a serem realizadas; 2 – perdas orçamentárias [2021 – 4,3% (meta do TSE era de 5,99% e o TRE conseguiu um excelente resultado) e Jan-Mai 2022 – 49,8% (índice este que significa um valor alto no disponível, necessitando-se impulsionar as licitações)]; 3 – valores pagos [2021 – 87,50% (a meta do TSE era de 80%) e Jan-Mai 2022 – 19,1%, índice que significa uma execução financeira baixa, sendo necessário impulsionar os pagamentos das despesas)]. **Rosiléia (COFIN)** lembrou que, quanto aos serviços, eles estão dentro da normalidade, pois são pagos mensalmente, mas é importante verificar as aquisições, mencionando que o que mais impacta neste índice são os orçamentos da obra e da segurança cibernética, pois são valores muito altos). Em seguida, **Rosiléia (COFIN)** explanou sobre a planilha de restos a pagar, sugerindo que é preciso trabalhar para baixar o valor de inscrição em restos a pagar e que o TSE estabelece como meta máxima, 20% do valor do orçamento para inscrição em restos a pagar. Quanto aos totais, informou que no início do ano de 2022, havia como inscrição e reinscrição, o valor de R\$ 8.169.787,42 e hoje, encontra-se pendente de pagamentos, o valor de R\$ 2.626.370,09, significando uma excelente execução de restos a pagar até o momento, o que compensa o “prejuízo” que se terá com a inscrição da obra em restos a pagar. Ressaltou que essa baixa substancial é a primeira vez que se vê, ainda no primeiro semestre, uma redução muito grande dos valores que foram inscritos em restos a pagar, pois, em menos de seis meses, o TRE já conseguiu quase 70% de pagamentos e isso será um fator que ajudará o TRE quando ocorrerem a

inscrição e a reinscrição no final do ano. O **Diretor-Geral, Hebert Leite**, questionou o que seriam os valores de julgamento de causas (custeio e investimento), ao que **Rosiléia (COFIN)** respondeu que se tratam do orçamento ordinário, cujos nomes seguem a classificação orçamentária que existe na contabilidade pública). **Leana (SAF)** complementou, informando que estão, no item investimento, os valores de alguns materiais que ainda não foram recebidos (aquisições de TI) e alguns contratos com repactuações, que estão inscritos em restos a pagar e a obra. Finalizando, **Rosiléia (COFIN)**, falou sobre as fases de crédito adicional; que na primeira fase, que ocorreu em março, apenas a SGP solicitou o valor de R\$ 259.054,00, que foi aprovado pelo TSE; no dia 27 de maio foi finalizada a segunda fase e não houve solicitação de crédito adicional por nenhuma unidade, sendo que apenas a STIC pediu remanejamento de custeio para investimento e está em análise pelo TSE. A terceira fase de crédito adicional está prevista para o dia 14 de setembro. Até referida data será feito um estudo para verificar a necessidade de solicitação de crédito adicional ou de devolução. **Leana (SAF)** lembrou que haverá ainda uma última fase em novembro, mas que é apenas para o ajuste das contas. O **Diretor-Geral, Hebert Leite**, questionou ao **Gualter (STIC)** sobre o remanejamento, o que deixará de ser feito na área de custeio e o que será acrescentado na área de investimento, ao que ele respondeu que são serviços continuados novos, cujas licitações são bem complexas, como contratação de serviço especializado na área de redes; explicou que, por ser serviço continuado e tem previsão de orçamento para o ano todo, que a licitação deve ocorrer em agosto e em setembro seja iniciada a execução dos serviços, haverá sobra de orçamento, o qual servirá para ser canalizado para investimento, cujas contratações tinham sido estimadas em um valor, o qual aumentou em razão da variação do dólar e para cobrir a demanda da comissão de auditoria de integridade da urna, que necessitará de 30 (trinta) notebooks, os quais serão adquiridos por meio da ata do TRE que está vigente. Que já houve, inclusive, contato com o fornecedor, para informar sobre essa aquisição. A Desa. Angela perguntou que para baixar os valores disponíveis é necessário impulsionar as licitações, ao que **Rosiléia (COFIN)** respondeu que sim, que é o indicador de perda orçamentária.

MONITORAMENTO DAS CONTRATAÇÕES - Sherlan (COLAC) apresentou o cenário atual das licitações, iniciando pelo acompanhamento das obras; a primeira trata da execução dos serviços de prevenção e combate a incêndio e proteção contra descargas atmosféricas (prédios sede e anexo), cuja licitação está orçada em R\$ 797.384,66 e o pregão eletrônico está marcado para o dia 13 de junho; a segunda trata dos serviços de substituição das esquadrias do prédio sede, estimada em R\$ 1.011.145,62, que também será realizada por pregão eletrônico, mas ainda não tem data para ocorrer porque depende de sobra orçamentária proveniente da primeira licitação mencionada; O **Diretor-Geral, Hebert Leite**, questionou sobre a razão de não haver orçamento suficiente para essa licitação, ao que **Sherlan (COLAC)** respondeu que a Engenharia, após a elaboração da planilha, constatou que o valor superou o previsto. O **Diretor-Geral, Hebert Leite**, perguntou ainda se essa sobra orçamentária será suficiente para cobrir o valor total da segunda licitação, ao que **Sherlan** respondeu que o valor para complementar não é grande; **Leana (SAF)** informou que o valor está entre R\$ 25.000,00 e R\$ 30.000,00 e **Rosiléia (COFIN)** confirmou que o valor é R\$ 30.000,00, esclarecendo que toda licitação tem sempre uma economia orçamentária e o histórico do TRE aponta para uma expectativa de que haverá sobra para contemplar essa segunda licitação; falou ainda que, inicialmente, era para ocorrer uma licitação conjunta, mas como a primeira foi deserta, houve necessidade de separação, o que implicou na diferença do valor distribuído entre as duas; **Sherlan (COLAC)** informou que as licitações do TRE, efetuadas na modalidade pregão eletrônico, têm gerado uma economia de aproximadamente 30%. A terceira licitação é a 6ª etapa da reforma do Fórum Eleitoral de São Luís, estimada em R\$ 10.136.308,90, a ser realizada na modalidade concorrência, que a abertura não tem data definida, pois está na etapa de planejamento e a previsão para o processo ser iniciado é no dia 06 de junho; informou que houve uma reunião da Diretoria-Geral com a SAF, Engenharia e a Seção de Licitações para tratar sobre o assunto e na oportunidade a Engenharia se comprometeu em cumprir o prazo definido. O **Diretor-Geral, Hebert Leite**, informou que no dia seguinte, a Desa. Angela reuniu essa equipe para reafirmar o compromisso e para que não haja nenhum problema na execução dessa obra. **Sherlan (COLAC)** continuou falando sobre o andamento dos demais processos licitatórios; quanto aos processos de eleição, há um montante grande, em andamento, no valor de R\$ 15.000.000,00, sendo algumas dessas licitações mistas, em que o Tribunal participa em conjunto com o TSE; este faz toda a licitação, gera a ata de registro de preços e após, o TRE faz o contrato. Há um percentual de contratações concluídas (8%), no valor de R\$ 1.374.287,33; há também o percentual de 1% de licitações em atraso; em relação a isso, houve uma reunião da SAF, na semana passada com todas as unidades, as quais definiram novas datas e se comprometeram para traçarem um plano de ação, a fim de cumprirem o novo prazo. Quanto às contratações ordinárias, **Sherlan (COLAC)** informou que o valor de

R\$ 10.400.534,92 correspondem à obra do fórum e é o que tem impacto maior no cronograma das licitações; há também o percentual de 25% de licitações concluídas, no valor de R\$ 6.451.704,59; há ainda um percentual de 12% de contratações não planejadas, que não foram contempladas no planejamento do ano passado, mas que não representam problema; finalizando, há o percentual de 23% de licitações em andamento, no valor total de R\$ 6.139.049,60. Ressaltou que as licitações em andamento é que trarão impacto na execução do orçamento, ao serem concluídas. Por último, apresentou as contratações de Tecnologia da Informação que estão em atraso, informando que Gualter (STIC), na reunião convocada pela SAF, justificou que esse atraso decorre do fato de que essas licitações são comandadas pelo TSE, centralizadas em alguns Regionais, sendo o TRE-MA partícipe. Há também um percentual bom em andamento, de 66%, totalizando R\$ 6.344.881,14; há ainda um percentual de licitações concluídas (13%). Explicou que as licitações só começam a ser impulsionadas a partir do mês de maio, cujo reflexo será visto entre os meses de junho e julho, em que haverá um percentual maior de licitações concluídas. O **Diretor-Geral, Hebert Leite**, perguntou se é possível apresentar por item essas licitações em atraso, ao que **Sherlan (COLAC)** respondeu que sim, mas que é uma planilha gigantesca e que seria inviável apresentá-la no momento; informou que a referida planilha contém todas as datas, desde o início do planejamento, do plano anual de contratações, até a execução, bem como os atrasos; O **Diretor-Geral, Hebert Leite**, pediu para ser agendada reunião com os gestores responsáveis por essas licitações em atraso, assim como fez com a equipe da reforma do fórum, embora tenha conhecimento de que a SAF tem feito o devido acompanhamento, mas que é necessário haver uma conversa direta, para que saibam que a administração tem um compromisso e quer que tudo se realize dentro dos prazos esperados. **Sherlan (COLAC)** informou que há também o Sistema SIGGO Contratações e que espera que na próxima reunião, todos esses dados sejam apresentados nesse sistema, de forma detalhada; que o referido sistema está sendo desenvolvido pela STIC e encontra-se em fase de finalização, ressaltando que ele será uma ferramenta para impulsionar o andamento dos processos licitatórios. O **Diretor-Geral, Hebert Leite**, marcou a reunião sobre a telefonia móvel para o dia 08 de junho, às 14:30 h, de forma presencial, com os secretários, para apresentação do projeto pelo Mateus (SESEG).

CONCLUSÃO. Terminadas as apresentações, a **Desa. Angela** cumprimentou todos os participantes da reunião, mencionando que considerou muito interessantes e importantes as informações trazidas pelos servidores e servidoras; ressaltou a importância desse comitê como uma ferramenta de governança e gestão. Parabenizou a todos e renovou a solicitação à equipe sobre o compromisso e o comprometimento de todos; que sabe dos desafios, mas também sabe da capacidade e da responsabilidade de cada um e que isso a deixa tranquila, porque sabe que são servidores comprometidos e capacitados nas funções que lhes foram atribuídas; disse, ainda, que conta com a colaboração de todos para que a justiça eleitoral do Maranhão seja colocada no topo da justiça eleitoral brasileira, em todas as suas áreas.

PROVIDÊNCIAS:

- **SAF** - Reunião extraordinária do Comitê – será agendada após a reunião no TSE, em que a SAF trará informações sobre o orçamento.
- **SAF/COSEM/DG** - Reunião DG sobre a telefonia móvel, marcada para o dia 08 de junho, às 14:30 h, de forma presencial, com os secretários, para apresentação do projeto pelo Mateus (SESEG)
- **SAF/COLAC/DG** – Agendar reunião com os gestores dos processos das licitações em atraso

Lista de Presença - SECRETARIA

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Desa. Angela Maria Moraes Salazar – Presidente • Hebert Pinheiro Leite – Diretor-Geral • Gualter Gonçalves Lopes Júnior – STIC | <ul style="list-style-type: none"> • José de Ribamar Borges Souza – COSEM • Marcelo Maciel Moraes - ASEP • Flávio Menezes de Miranda – SEPEO • Mateus Marinho Alencar – SESEG |
|--|---|

- Leana Batista Neves - SAF
- Karla de Faria Abdala Félix – COGEM
- Rosiléia Morais Salazar Monteiro – COFIN
- Sherlan Buhatem Anunciação – COLAC
- Edson Luis Santana de Macedo - COUSE/SEMDU
- Egídio de Carvalho Ribeiro Júnior – COSIN
- Christiano Anderson Neitzke - COINF

- Vanessa Andrade Neiva Eulálio – Comitê Gestor
- Allana Machado Prazeres Costa – Comitê Gestor
- José de Ribamar Lopes Portela – GABSAF
- Magna Maria Silva Barbosa - GABSAF



Documento assinado eletronicamente por **LEANA BATISTA NEVES, Secretário(a)**, em 07/06/2022, às 16:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EGÍDIO DE CARVALHO RIBEIRO JÚNIOR, Coordenador(a)**, em 07/06/2022, às 17:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KARLA DE FARIA ABDALA FÉLIX, Analista Judiciário**, em 07/06/2022, às 17:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALLANA MACHADO PRAZERES COSTA, Analista Judiciário**, em 07/06/2022, às 17:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS MARINHO ALENCAR, Chefe de Seção**, em 07/06/2022, às 17:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SHERLAN BUHATEM ANUNCIACÃO, Coordenador(a)**, em 07/06/2022, às 17:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ DE RIBAMAR BORGES SOUZA, Coordenador(a)**, em 07/06/2022, às 20:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO ANDERSON NEITZKE, Coordenador(a)**, em 08/06/2022, às 09:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA MARIA MORAES SALAZAR, Presidente**, em 08/06/2022, às 10:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA ANDRADE NEIVA EULÁLIO, Chefe de Cartório**, em 08/06/2022, às 14:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARCELO MACIEL MORAES, Assessor(a)**, em 08/06/2022, às 16:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO MENEZES DE MIRANDA, Analista Judiciário**, em 08/06/2022, às 17:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSILÉIA MORAIS SALAZAR MONTEIRO, Coordenador(a)**, em 08/06/2022, às 17:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON LUIS SANTANA DE MACEDO, Técnico Judiciário**, em 08/06/2022, às 17:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUALTER GONÇALVES LOPES JÚNIOR, Secretário(a)**, em 08/06/2022, às 18:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HEBERT PINHEIRO LEITE, Diretor Geral**, em 09/06/2022, às 19:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ BOGÉA PEREIRA SANTOS, Juiz Membro do TRE-MA**, em 09/06/2022, às 23:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1637371** e o código CRC **2FDA51BD**.

0000759-92.2022.6.27.8000 1637371v5